

# Geopolítica - Equívocos Identitários: Duas Abordagens Prospetivas na Nova Geopolítica

Pedro de Pezarat Correia

*Major-General (Ref.). Docente Universitário*

## Resumo

O caos identitário atingiu a geopolítica. A derivação semântica tende a confundir geopolítica com geoestratégia, a apropriação da geoestratégia pela geopolítica que desvirtua o seu conceito “kjellelianiano”. Influência da escola realista norte-americana. Esta amálgama concetual abre espaço para o surgimento de novas abordagens da geopolítica. A nova geopolítica, ainda numa fase ensaísta, nas suas quatro dimensões, ecopolítica, demopolítica, geoeconomia e biopolítica. Visão prospetiva obrigatória na análise geopolítica. Análises prospetivas de dois temas atuais da nova geopolítica e que exigem intervenções urgentes dos poderes políticos: o Ártico, que de espaço geopolítico e geoestratégico marginal está a tornar-se, em virtude do aquecimento global, centro e fator determinante de uma revolução geopolítica; as migrações, fenómeno geopolítico de primeira importância, fator de manipulação das decisões políticas nos espaços de destino e acolhimento.

## Abstract

***Geopolitics - Identity Misconceptions:  
Two Prospective Approaches  
in the New Geopolitics***

*Geopolitics lives an identity chaos. The semantic derivation tends to confuse geopolitics with geostrategy, i.e., the appropriation of geostrategy by geopolitics distorts its “Kjellelian” concept. This is due to the influence of the North American realist school. This conceptual amalgam opens space for the emergence of new approaches to geopolitics. The new geopolitics, still in an early phase, has four dimensions: ecopolitical, demopolitical, geoeconomics and biopolitics. The prospective analysis of two current themes of the new geopolitics requires urgent interventions by political powers. The Arctic, due to global warming, is becoming the center of a geopolitical revolution.*

## 1. Um Caos Semântico

Quando Ignacio Ramonet publicou o seu livro *Géopolitique du Chaos*<sup>1</sup>, foi mais do caos da era da globalização do que de geopolítica que tratou. Estava na moda a Teoria do Caos cuja essência é a de que uma ínfima mudança nas condições iniciais de uma situação pode produzir efeitos imprevisíveis, a que Edward Lorenz chamou “efeito borboleta” – o bater de asas de uma borboleta num qualquer ponto do planeta é suscetível de desencadear uma tempestade a milhares de quilómetros. Razão tinha Ramonet porque o caos identitário também atingira a geopolítica. Nas minhas incursões epistemológicas sobre esta temática, nomeadamente a que desenvolvo no *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*<sup>2</sup> e, mais objetivamente, nos artigos “Derivações Semânticas da Geopolítica”<sup>3</sup> e “Geopolítica e Geoestratégia”<sup>4</sup>, venho denunciando a tendência, tornada regra, para confundir geopolítica com geoestratégia, direi mesmo para qualificar como geopolítica análises e considerações que, na realidade, se inscrevem na disciplina da geoestratégia. No artigo na *Geopolítica* chamei derivação semântica à apropriação da geoestratégia pela geopolítica desvirtuando o genuíno conceito “kjelleniano” desta, recorrente em especialistas da ala realista norte-americana das relações internacionais e que, a partir dela, tem feito escola. E na *Nação e Defesa*, a propósito das chamadas teorias clássicas da geopolítica, escrevi:

“Estas teorias não eram [...] teorias geopolíticas, explicativas do poder com base na análise dos fatores geográficos. Eram teorias comprometidas, em situação, justificativas de poderes expansionistas das grandes potências por via militar [...] verdadeiras teorias geoestratégicas” (p. 237).

Este desvio concetual tem sido denunciado e criticado dentro da própria escola geopolítica norte-americana. O mais severo e, porventura, pioneiro nessa crítica, Ladis Kristof, escrevia em 1960 no artigo “The Origins and Evolution of Geopolitics”<sup>5</sup>:

“[...] é lamentável que a geopolítica tenda a ser identificada com a geoestratégia [...] A geopolítica [...] tem sido maltratada e usada por estrategos expansionistas de todos os matizes, começando com Mahan e Theodore Roosevelt e terminando com Hitler e Tojo” (p. 20).

Era certa a denúncia de Kristof porque, afinal, os clássicos norte-americanos, britânicos, franceses, todos incorriam no mesmo pecado que os levava a ostracizar

---

1 Éditions Galilée, Paris, 1997.

2 Quarteto Editora, Coimbra, Vol. I e II, 1.ª e 2.ª Edição, 2002 e 2004 (esgotadas); Almedina, Coimbra, Vol. I e II, 3.ª Edição, 2010 (esgotada); reedição revista, aumentada e melhorada num único volume, Edições 70, Lisboa, 2018.

3 *Geopolítica*, N.º 2, CPG, Aveiro, junho 2008.

4 *Nação e Defesa*, n.º 131, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2012.

5 *Journal of Conflict Resolution*, Vol. IV, n.º 1, 1960.

Karl Haushofer e a Escola de Munique por a *geopolitik* ser uma política do expansionismo nazi. Kristof, que qualificaria Nicholas Spykman de “Haushofer americano” (p. 31), situou a gênese da associação e identificação da geopolítica com a geoestratégia na ideologia do *Manifest Destiny* e na obra de Alfred Mahan e dos seus seguidores, entre eles Spykman e Alexander Seversky, alguns dos quais até deviam à *geopolitik* alemã a sua inspiração (p. 37). Para ele também o que o britânico Halford Mackinder tratou foi, sobretudo, tal como Mahan, de grande estratégia na construção de impérios (p. 38).

Quanto a Yves Lacoste, na sua vasta e importante obra sobre a geopolítica, o entendimento genérico que dela faz é o da rivalidade entre poderes por território, logo também mais identificado com a geoestratégia do que com a geopolítica. Na “Introdução” ao livro *Questions de Géopolitique*<sup>6</sup> reconhece que “[...] para os estrategas [...] a geopolítica (ou a geoestratégia) é sobretudo o raciocínio cujo objetivo é vencer o adversário [...]” (p. 8). Na entrada “Géostratégie” que assina no *Dictionnaire de Géopolitique*<sup>7</sup> (pp. 691-692), já distingue a geoestratégia da geopolítica mas confere-lhe reduzida importância e erra flagrantemente quanto ao aparecimento do termo geoestratégia, calando que se deve a Giacomo Durando e que data de 1848, meio século antes da geopolítica. Reconhece-se em Lacoste a preocupação de individualizar a geoestratégia, mas falta-lhe uma denúncia clara dos desvios semânticos da geopolítica.

Mais recentemente Pierre Gallois<sup>8</sup> demarca-se da geopolítica clássica e diz que Mackinder pensava como um geógrafo e um estratega (p. 250) ou seja, concluo eu, como um geoestratega. E o geógrafo britânico Gerry Kearns, num curioso artigo em que projeta o pensamento de Mackinder na atualidade, “Naturalising Empire: Echoes of Mackinder for the Next American Century?”<sup>9</sup>, qualifica os textos de justificativos do imperialismo britânico, imperialismo que, diz, na sua essência é uma “estratégia geopolítica” (pp. 74 e 92). Isto é, geoestratégia.

Para além da promiscuidade abusiva que vem confundindo geopolítica e geoestratégia há uma outra disciplina, afim, com a qual a geopolítica também tem revelado dificuldade de demarcação. Trata-se da geografia política, confusão que está, mesmo, na gênese da geopolítica, dado que foi nela que incidiu a atenção de Friedrich Ratzel, geógrafo determinista e inspirador de Rudolf Kjellén, a quem se atribui a paternidade científica da Escola de Munique e da *geopolitik*. Foi também na geografia política, ainda que com perspectiva oposta, que investiu Élisée Reclus, para muitos o pai intelectual da escola possibilista francesa.

---

6 Biblio Éssais, Paris, 1988.

7 Flammarion, Paris, 1993.

8 *Géopolitique: Les Voies de la Puissance*, Plon, Paris, 1990.

9 *Geopolitics*, 11, Cambridge, 2006.

Otto Maull, que foi colaborador de Haushofer na Escola de Munique, fez um esforço para distinguir estes dois ramos da ciência, esforço que teve algo de semelhante ao que agora se coloca na relação geoestratégia *versus* geopolítica. Escreveu Maull em 1936 em *A Essência da Geopolítica*<sup>10</sup>, que ambos os conceitos são trocados à discricção por observadores superficiais nos jornais diários literários e, até, nos programas de ensino das escolas. Para Maull, na sua essência (*wesen*), a geopolítica é a geografia política aplicada. É curioso que nunca se refere à geoestratégia, termo que, então, jazia “esquecido”, mas, quando escreve que a geopolítica militar se desenvolveu em ligação inseparável com a geografia, a geopolítica e a ciência militar, era, implicitamente, na geoestratégia que estava a pensar. O próprio Kristof também denunciou a confusão entre geopolítica e geografia política: “[...] na América a geografia política e a geopolítica fundem-se [...] a geografia política americana está atualmente mais próxima da geopolítica do que em qualquer outra época [...]” (pp. 37 e 41).

O futuro, com a progressiva afirmação da escola realista americana nas relações internacionais, viria a confirmar as previsões de Kristof. A multiplicidade de autores incluídos por Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge em *The Geopolitics Reader*<sup>11</sup>, comprova a verdadeira amálgama de especulações sobre geopolítica, geoestratégia, geografia política e outras matérias que, tendo a ver com a política externa das grandes potências, se confundem sob o título de geopolítica.

Há razões que justificam esta amálgama. Fixemo-nos na derivação semântica da geopolítica invadindo o campo da geoestratégia, que predomina na escola realista norte-americana e que se faz, no essencial, através da política do poder nas relações internacionais. É aqui que reside o seu nexu. O poder, para a hiperpotência global desta era da globalização, tem a dimensão do mundo e exerce-se através da coação e do seu principal vetor, o militar. Política e estratégia confundem-se. Ora, sendo a geopolítica a influência dos fatores geográficos em função da decisão política, e a geoestratégia a influência dos mesmos fatores geográficos em função da decisão estratégica, quando política e estratégia se confundem a fusão também se estende às suas disciplinas auxiliares e instrumentais, a geopolítica e a geoestratégia.

Acresce uma segunda razão e que decorre do próprio sentido que se dá ao prefixo “geo”. Kristof já tinha alertado que, na análise cartográfica de Spykman, “[...] é o ‘geo’ da sua geopolítica que está bastante fora do esquadro” (p. 33). De facto, enquanto para o fundador da geopolítica, Rudolf Kjellén, “geo” tinha o significado da terra-solo, território, meio ambiente, elemento físico do *habitat* humano e, por isso, geopolítica era a base geográfica do Estado, para os realistas norte-americanos “geo” aplica-se no sentido da terra na sua dimensão global e, por isso, a

---

10 *Das Wesen der Geopolitik*, B. G. Teubner, 1936.

11 Routledge, Londres, 2006.

geopolítica é a política de poder da hiperpotência à dimensão planetária. É o que refere Geraóid Ó Tuathail:

“Durante a guerra-fria [...] a palavra (geopolítica) regressou como descrição da disputa global [...] entre a URSS e os EUA [...] Henri Kissinger usou-a como sinónimo do equilíbrio do poder [...] hoje o entendimento convencional é que a geopolítica é o discurso sobre o mundo político, com particular ênfase na competição entre Estados e na dimensão geográfica do poder” (2006, p. 1).

Com a passagem do sistema mundial de bipolar a unipolar a geopolítica, na lógica da perspectiva realista, deixou de ser o discurso na competição entre as duas superpotências e passou a ser o discurso da hegemonia global da única hiperpotência. É essa também a leitura de Pierre Gallois:

“[...] tomada no sentido mais amplo e mais vago, a geopolítica não será mais do que o sinónimo da política de poder praticada no quadro das relações internacionais. Num mundo “hobbesiano” apareceria como o meio mais cómodo de designar um estado de coisas permanente: os conflitos endémicos entre povos, a natureza das suas lutas, a sua finalidade, os seus resultados” (p. 34).

*Géopolitique: Constantes et Changements dans l'Histoire*, livro de Chauprade, é uma obra interessante mas, no fundo, também é mais uma análise geoestratégica do mundo do que geopolítica. Uma passagem é reveladora: “A geopolítica não é estratégia, mas é um instrumento da estratégia” (p. 95). É a posição dos realistas de que discordo, porque a geopolítica é um instrumento da política, o instrumento da estratégia é a geoestratégia. A não ser, como analisámos atrás, que política e estratégia se confundam, mas então, perguntar-se-á, que papel resta à geoestratégia? Para Gerry Kearns os textos de Mackinder, justificativos do imperialismo britânico dos séculos XIX e XX, são os que, da mesma forma, justificam o imperialismo norte-americano na era da globalização e a aliança preferencial entre Washington e Londres. Kearns diz, com ironia: “A hegemonia anglo-saxónica de hoje assume a forma de uma UK/EUA s.a.” (p. 81). E procura demonstrar porque é que as análises geopolíticas da globalização, como as de Samuel Huntington e de Francis Fukuyama, nomes destacados da escola realista norte-americana, são herdeiras da Mackinder e visam os mesmos objetivos – a preservação do domínio hegemónico da “UK/EUA s.a.”.

## 2. Nova Geopolítica

É este caos conceitual em torno da geopolítica, este desvio semântico, esta promiscuidade com a geoestratégia descaracterizadora do seu contexto, que abre espaço ao aparecimento de novas abordagens da geopolítica. Abordagens que, não pondo em causa o essencial da ideia do seu fundador, uma disciplina assente na influência recíproca das duas componentes, geo e política, por outras palavras espaço e poder,

consideram possível, e desejável, preservar as distintas identidades da geopolítica e da geoestratégia.

O pioneiro desta nova abordagem terá sido o sociólogo brasileiro Josué de Castro quando, no início da década de 50 do século passado, publicou o livro a que teve a coragem de chamar *A Geopolítica da Fome*<sup>12</sup> quando o termo ainda estava votado ao ostracismo pelo uso perverso que da geopolítica tinha feito a Escola de Munique ao serviço do nazismo hitleriano. Josué de Castro teve o cuidado de situar o conceito no seu correto enquadramento kjelleniano:

“[...] palavra tão comprometida, tão distorcida em sua significação essencial, tão contaminada e tão execrada – a geopolítica [...] O sentido real da palavra geopolítica [...] nada tem a ver com a geopolitik germânica [...] O que chamamos de geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre Estados [...] É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente” (pp.18-19).

Josué de Castro sinaliza o sentido inovador na sua forma de encarar a geopolítica com a invocação da “Imagem de Kesserling”: “[...] não é a terra que pertence ao homem, mas o homem que pertence à terra” (p. 57).

A partir de então vários são os autores atentos ao campo que se abre ao aparecimento de uma nova geopolítica em oposição à geopolítica clássica. Freire Nogueira<sup>13</sup> refere o norte-americano Griffit Taylor que, no livro *Geography in the Twentieth Century*<sup>14</sup>, contrapõe à geopolítica para prover a conquista de outro extremo, uma *geopacific*, um estudo da geografia para promover a paz, que também designou por “geopolítica humanizada” (Nogueira, pp. 471-472). E Ladis Kristof propõe um novo pensamento geopolítico estimulado pelos problemas do ambiente, uma geopolítica que deve ser tanto espacial como ambiental, este sobrepondo-se àquele (p. 35).

Yves Lacoste tem sobre a nova geopolítica uma posição algo ambígua. É certo que em *A Geopolítica do Mediterrâneo*<sup>15</sup> usa a expressão nova geopolítica, não no sentido que aqui lhe damos mas do que vinha sendo desenvolvido pela escola geopolítica francesa no último quarto de século e que tinha mais a ver com a geoestratégia (p. 37). Porém, na revista que dirige, *Hérodote*, é visível a atenção a áreas inovadoras da geopolítica, ambiente, geografia humana, geografia económica. Em *Paysages Géopolitiques*<sup>16</sup> é mais claro quando envolve na geopolítica já não apenas a rivalidade entre as superpotências a nível planetário, mas também os problemas relacionados

---

12 Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1955.

13 *O Método Geopolítico Alargado*, IESM, Lisboa, 2011.

14 *Philosophical Library*, Nova Iorque, 1951.

15 *Edições 70*, Lisboa, 2008.

16 *Biblio Éssais*, Paris, 1990.

com a demografia, a gestão do território, o desenvolvimento (p. 210). E a justa reabilitação que faz de Élisée Reclus e da sua importância na escola geopolítica francesa, seu pai intelectual como fez questão de lhe chamar, é prova de sensibilidade para novas abordagens da geopolítica. Porque Reclus, sendo anterior ao aparecimento da geopolítica foi, não apenas seu precursor mas precursor da nova geopolítica.

No “Preâmbulo” do *Dictionnaire de Géographie* em que se centra na definição de geopolítica, Lacoste reconhece que há uma evolução no conceito – abre mesmo uma secção com o título “Uma nova e global concepção da geopolítica” – porque este já não corresponde apenas a rivalidades de poder por território “[...] mas – o que é novo – a rivalidades cujas representações mais ou menos antagónicas são, a partir de agora, largamente difundidas pelos media” (p. 5). A nova geopolítica que refere é a que resulta desse reforço do papel dos *media*, tornados fatores geopolíticos porque, influenciando a opinião pública, interferem nas decisões dos dirigentes políticos. Em relação às abordagens da nova geopolítica, tal como aqui as incluímos, é omissa e, mesmo quando refere Pierre Gallois, ignora o seu importante contributo neste domínio. E, estranhamente, omite Josué de Castro, o homem que recuperou a dignidade da geopolítica e desbloqueou o silêncio que sobre ela pesava desde a II Guerra Mundial.

É Pierre Gallois quem, com *Géopolitique: les Voies de la Puissance*, mais explicitamente se compromete com o advento de uma nova geopolítica em alternativa ao discurso dos clássicos. É o alvor do percurso da renovação temática e da atualização conceitual. Os clássicos, que puseram em causa a *geopolitik* germânica, são agora eles postos em causa. Escreve o general francês:

“Ontem, a geopolítica esforçava-se por explicar o estado da sociedade e o seu comportamento pela influência do meio [...] No tempo da *geopolitik* o Estado-nação era o objeto de todas as suas análises. Atualmente é da gestão e da salvaguarda do meio que se trata [...] Esta obrigação de pensar o futuro em termos de ação coletiva, geral, nem sequer era imaginável no momento em que nascia a disciplina geopolítica [...] Época de transição para a análise geopolítica? Sem dúvida” (pp. 20-21).

Transição que, mais à frente, concretiza como a “[...] inversão de uma das maiores preocupações da geopolítica; marcada pelo determinismo estudou, inicialmente, a influência do ambiente sobre a sociedade, enquanto hoje tem de tomar em consideração a destruição do ambiente pelo homem” (p. 23).

O professor René Dupuy, no “Prefácio” à obra de Gallois, já deixara o aviso:

“Os grandes [...] conceberam a geopolítica com o propósito de a controlar, se não mesmo de a capturar. Será que as assimetrias que ameaçam fraturar o mundo do futuro e pôr em causa a sua sobrevivência levarão a operar uma mutação na finalidade da geopolítica, colocada então ao serviço do meio humano?” (p. 12).

E acrescentava que a resposta estava no próprio livro de Gallois: “Na verdade é com o destino da humanidade que este livro se preocupa [...] os poderes têm, doravante, uma humanidade para gerir” (p. 12).

Na revista *Stratégique*, N.º 50, de 1991, a expressão nova geopolítica já vai ser utilizada explicitamente e com sentido próprio. Franck Debié, com o artigo “La Géopolitique, Est-elle une Science?”, referia-se a O’Sullivan que, na linha de Griffith Taylor, se preocupava com uma geopolítica que se distanciasse dos mitos geopolíticos e servisse a paz “[...] construindo a base de uma geopolítica alternativa [...]”. Chamava a atenção para “[...] alguns ensaios no domínio anglo-saxónico que propõem o projeto de uma nova geopolítica”. Na mesma revista, no N.º 58 de 1995, Martin Motte não usava a expressão, mas admitia-a implicitamente quando se referia a autores que, depois da II Guerra Mundial, opunham à *geopolitik*, que visava a conquista do espaço, uma geopolítica dedicada a melhorar a sua gestão.

Outro autor francês, Philippe Moreau Defarges<sup>17</sup>, abre uma via para a nova geopolítica: “Segundo uma definição o mais simples possível, a geopolítica interroga-se sobre as relações entre o espaço [...] e a política: como é que os dados espaciais afetam o político ou a política? E também porquê, como o político se serve do espaço?” (p. 9). Diz que no final do século XX a consciência geográfica dos homens se organizava em torno de três elementos-chave: a finitude da terra donde o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação das riquezas naturais; a ocupação e a partilha da terra, a manipulação e o controlo dos fluxos; e a permeabilidade das fronteiras (pp. 36-37). Matérias que cabem no âmbito da geoeconomia, como à frente veremos uma dimensão da nova geopolítica, na qual centra a sua atenção.

São então vários, e valiosos, os contributos que provam que, no reino da geopolítica, algo mexe, o que não deve deixar-nos indiferentes e exige respostas. Creio poder afirmar que aqui, em Portugal, nos meios académicos ligados à geopolítica, fui dos que mais investiram na sua análise, investigação e divulgação. Provavelmente com reduzido sucesso pois rema contra a corrente dominante da *realpolitik* e da escola realista norte-americana e dos seus incondicionais seguidores mais fundamentalistas. O incómodo causado pela óbvia e promíscua confusão entre geopolítica e geoestratégia e a curiosidade pelas abordagens mais heterodoxas da nova geopolítica, seja sob a fórmula de gestão do espaço, seja a *geopacífics*, a geopolítica humanizada, ou a geopolítica alternativa, foram as molas motivadoras. Ainda que já não disponha de muito tempo no meu horizonte de vida, não vejo razões para desistir neste percurso. Recuso que a geopolítica continue a ocupar o espaço da geoestratégia carimbando-o, abusivamente, com o seu nome.

---

<sup>17</sup> *Introduction à la Géopolitique*, Éditions du Seuil, Paris, 1994.

O entendimento que fazemos da nova geopolítica e que desenvolvemos no nosso *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* respeita os parâmetros estruturantes do seu conceito original: uma disciplina que associa duas componentes de base, espaço e poder ou geografia e política, as quais se influenciam reciprocamente. A grande diferença da nova geopolítica em relação à geopolítica dita clássica reside na inversão da interação das duas componentes e se traduz numa mudança de paradigma: enquanto a geopolítica clássica se foca no poder (política) e encara o espaço (geo) como instrumento ao seu serviço, a nova geopolítica foca-se no espaço e vê o poder como instrumento em seu benefício. É a transição, a inversão das maiores preocupações da geopolítica de que falava Pierre Gallois, a mutação da finalidade da geopolítica como salientou René Dupuy.

O âmbito da geografia no quadro da nova geopolítica é abrangente, não apenas geografia física mas também geografia humana, geografia política e geografia económica. Daí que, na evolução dinâmica da nossa reflexão, tivéssemos chegado a quatro áreas de intervenção, complementares mas autónomas, a que chamámos as quatro dimensões da nova geopolítica e cujas designações encontram alguma justificação na obra inicial de Rudolf Kjellén, *O Estado como Forma de Vida*<sup>18</sup>.

A primeira é a ecopolítica, o poder colocado ao serviço e em benefício da geografia física. Pressupõe o foco da análise e da decisão centrada na necessidade da preservação do meio ambiente, do equilíbrio da biodiversidade, nas preocupações com o aquecimento global, numa verdadeira política da terra tendo presente a “imagem de Kesslerling”. A ecopolítica visa uma nova ordem na Terra que tenha a sua preservação como objetivo decisivo. É um tema que tem atraído a atenção, entre nós, de Viriato Soromenho-Marques, com obra publicada e que aponta vias de reflexão corajosas.

A segunda é a demopolítica, ou seja, o poder exercido e dirigido em proveito da geografia humana. Problema candente da atualidade envolve questões relacionadas com as populações, nomeadamente os desequilíbrios demográficos, explosão numas regiões, retração noutras, envelhecimento, desocupação, fluxos migratórios, a opinião pública e a pressão dos *media*. É a busca de uma política cosmopolita e inclusiva alargada a toda a humanidade e a nível global. É matéria que em Portugal tem merecido tratamento atento de sociólogos destacados como Boaventura de Sousa Santos.

A terceira dimensão é a geoeconomia. Termo algo ambíguo, entendemo-lo no sentido do poder ao serviço da geografia económica, não no da guerra económica que outros lhe dão. Envolve a gestão dos recursos naturais de que o homem tem sido o grande predador, sua salvaguarda e garantia da sua renovação, do seu aproveitamento e justa e racional distribuição, a nível local, regional e global. Exige-se a

---

<sup>18</sup> *Der Staat Als Lebensform*, Kurt Vowinckel Verlag, Berlim, 1923.

consciência da finitude da terra como alerta Defarges, capacidade de conciliar a qualidade de vida de todos e não apenas de alguns, a promoção de um desenvolvimento sustentado no quadro de uma nova ordem económica internacional, compatível com a capacidade de carga da terra, tal como foi desenvolvido no relatório de uma comissão internacional de sábios, presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>19</sup>.

Por último, a biopolítica, entendida como o poder em benefício da segurança humana. Dimensão transversal, que se cruza com as três restantes, visa um poder que deixe de privilegiar a segurança do Estado, tantas vezes à custa dos cidadãos, e passe a focar-se na segurança das populações. Um poder que, em vez de dispor, soberanamente, da vida das populações, passe a estar preocupado com a preservação e melhoria das suas vidas, que tome consciência que a segurança do Estado passa pela segurança dos cidadãos. A biopolítica deve assumir-se como uma política da vida e não mais sobre a vida, a vitalização da política e não mais a politização da vida. Assunto que tem sido objeto de importantes intervenções sociopolíticas de Michel Foucault, de Roberto Esposito e de Giorgio Agamben.

### 3. Visão Prospetiva de Duas Questões Candentes da Nova Geopolítica

O então Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) promoveu, há mais de 20 anos, um seminário dedicado ao tema “Visão Prospetiva sobre o Serviço Militar em Portugal”, no qual apresentei uma comunicação<sup>20</sup> em que comecei por precisar o que entendia por prospetiva. Dizia:

“Uma visão prospetiva pressupõe uma reflexão dinâmica sobre o futuro para, com base nela, se definirem, no presente, estruturas e estratégias que visem esse futuro. É nisto que a prospetiva se distingue da perspetiva. Porque, se uma visão perspetiva equaciona o futuro a partir do conhecimento do presente, a visão prospetiva pretende agir sobre o presente tendo em conta um futuro previsível” (IAEM, p. 171; Revista Militar, pp. 1029 e 1030).

A propósito citava Jean-Paul Charnay: “[...] a prospetiva não é a profecia dos acontecimentos concretos; é sobretudo esboçar as linhas de força possíveis que orientarão o futuro das sociedades humanas [...]” e, ainda, Gil Fievet que define prospetiva como “[...] uma reflexão de natureza e de origem filosófica, visando construir o presente a partir do futuro” (*Idem*).

É neste sentido que considero a atitude prospetiva obrigatória na análise geopolítica. Sendo a geopolítica, na sua essência, uma disciplina instrumental que serve a polí-

---

19 *Cuidar o Futuro – Um Programa Radical para Viver Melhor*, Trinova Editora, Lisboa, 1998.

20 “Instituição Militar, Modelo de Sociedade, Interesses Vitais e Defesa do Espaço Nacional”, *Visão Prospetiva sobre o Serviço Militar em Portugal*, Lisboa, 1996 e *Revista Militar*, n.º 10, Lisboa, outubro de 1996.

tica à qual, por sua vez, além da gestão da coisa pública no presente compete o planejamento, preparação e viabilização do futuro, é numa visão prospectiva que a geopolítica deve colocar-se. É o que diz Pierre Gallois quando refere a geopolítica como “Esta obrigação de pensar o futuro em termos de ação coletiva global [...]” (p. 21).

Tratando-se, então, de uma reflexão racional mas assente em bases inseguras, um presente instável e um futuro hipotético, é consciente desta falibilidade que nos propomos avançar na análise prospectiva de dois temas atuais, cujas relações causa-efeito até podem ser analisadas à luz da teoria do caos e que exigem já intervenções urgentes e prolongadas dos poderes políticos, a todos os níveis, nacionais e supranacionais, para prevenir um futuro que aí vem.

É no quadro da nova geopolítica que conduziremos essas análises, com as quais concluiremos este trabalho.

### 3.1 Ártico

As teorias geopolíticas clássicas deram pouca atenção ao Oceano Glaciar Ártico. Fechado à navegação à superfície e com inóspitas margens envolventes era, então, nulo o valor como plataforma de afirmação e projeção de poder mundial. Pierre Célérier terá sido o primeiro a chamar a atenção para a alteração que se aproximava em resultado das capacidades conferidas pelo submarino de propulsão nuclear<sup>21</sup>, mas apenas como fator estratégico. Salientava o almirante francês que as camadas geladas do Ártico, flutuantes porque, diferentemente do Antártico, não assentam numa superfície terrestre, com a camada imersa pouco profunda ao contrário da bacia marítima que chega a atingir 4 mil metros de profundidade, permite a navegação submarina que, com a tecnologia da propulsão nuclear, pode permanecer submersa por longos períodos (p. 113).

Até aí, para Mahan os mares que contavam eram o Pacífico e o Atlântico e, dentro deste, o Mar das Caraíbas, que banhavam as costas dos EUA. Para Mackinder era o *Midle Ocean*, isto é, o Atlântico Norte – que incluía com valor secundário o Ártico, o Báltico, o Mediterrâneo e o das Caraíbas – e o *Grand Ocean* incluindo o Índico, o Pacífico e o Atlântico Sul. Spykman valorizava o conjunto dos oceanos, Atlântico, Índico e Pacífico, com os respetivos mares interiores, o *Ocean Belt*, que banhava e dava acesso ao *rimland*. Posteriormente Yves Lacoste salientava a importância dos “três mediterrâneos”, o euro-afro-asiático que é o Mar Mediterrâneo como é conhecido, o asiático que é o Mar do Sul da China e o americano que é o Mar das Caraíbas ou das Antilhas. Saul Cohen, numa óbvia leitura em situação da Guerra Fria também valorizou o conjunto dos oceanos e mares interiores que banhavam a “Região Geoestratégica do Mundo Marítimo Dependente do Comércio” e as “Cinturas Fragmentadas” do Médio Oriente e do Sudeste Asiático, palcos de disputa do

---

21 *Géopolitique et Géostratégie*, PUF, Paris, 1969.

poder mundial. Todos excluíaam o Ártico, ou apenas o referiam marginalmente. A exceção terá sido Seversky com a teoria do poder aéreo na qual o Ártico, a zona de maior proximidade entre os EUA e a URSS, surgia como centro da “Área de Decisão” no conflito entre as duas superpotências, resultado da interceção das respetivas “Áreas de Influência” definidas pelos alcances dos seus poderes aéreos. Mas a importância do Ártico era apenas relativa, porque incidia sobre o seu espaço aéreo e não sobre a superfície. O Ártico, enquanto espaço estação ou espaço transitável, continuava a ser, em termos geopolíticos e geoestratégicos, marginal.

Mas algo está a mudar na centralidade geopolítica do Ártico. E essa mudança vai acentuar-se. Fenómeno que se inscreve na nova geopolítica e, em particular, na ecológica, se bem que com incidências nas outras dimensões, e que vai exigir e influenciar decisões dos poderes políticos com responsabilidades nos espaços afetados. Tudo decorre do aquecimento global do planeta que, no Ártico se traduzirá no degelo da massa gelada chegando ao seu total desaparecimento.

As potencialidades do Mar Ártico, com os seus 14 milhões de km<sup>2</sup> de extensão, são enormes. Pierre Gallois diz que, com 50% das reservas mundiais de hidrocarbonetos, com a grande riqueza em metais raros, com capacidade inesgotável para explorar a diferença térmica entre o ar gelado à superfície e o fundo do oceano, para fins energéticos e para o fabrico de hidrogénio líquido que poderá abastecer o mundo inteiro, o Ártico será um futuro eldorado (p. 322).

Ayméric Chauprade prevê, para o final do século, uma elevação da temperatura global que deverá situar-se numa média de 3°C mas que, no Ártico, poderá ir até aos 10°C. Atualmente 40% da calote ártica já derreteu (p. 751). Estas previsões são confirmadas e, até, agravadas, pelo norte-americano Will Steffen que, em entrevista ao jornal *Público* de 29 de setembro de 2018, chama “grande aceleração” ao fenómeno de aquecimento global, que começou em 1850 com a revolução industrial mas disparou a partir de 1950. Steffen, cientista químico, estima que o gelo do Ártico possa desaparecer nos próximos 20 anos. Sobre isto diz Chauprade:

“O desaparecimento da massa gelada nórdica abre a via a uma verdadeira revolução geopolítica: a abertura de uma rota marítima direta entre o Japão e a Europa do Norte, por um lado a formação de um novo mediterrâneo russo-americano, por outro um espaço marítimo comum de circulação e trocas” (p. 751).

É, segundo este autor, fenómeno que reforçará a posição mundial da Rússia, que deixará de enfrentar o eterno *handicap* de potência geograficamente “encravada”, tornando-se potência de três oceanos, Atlântico, Ártico e Pacífico, e vendo assim reforçada a sua posição no xadrez energético mundial. É uma análise corroborada por Harold Sprout<sup>22</sup>, ao tempo referida à URSS, que invocava os estudos de

---

22 “Geopolitics”, *Collier’s Encyclopedia*, Vol. 10, Macmillan Educational Company, Londres e Nova Iorque, 1990.

Clarence A. Mills “[...] que previu que o aquecimento climático [...] se prosseguir, vai funcionar em benefício da União Soviética. Fá-lo-á abrindo os seus territórios do norte a uma maior utilização, tornando os seus portos do Ártico mais navegáveis e promovendo um ambiente geral mais saudável para os povos soviéticos” (p. 701). A Rússia é a única potência com margens para o Ártico, uma extensa costa na qual possui portos que se tornarão grandes cidades e atrairão grandes vagas migratórias.

Como diz Chauprade, será uma revolução geopolítica pois constituirá um fator determinante com que as grandes potências e as instâncias supranacionais terão de contar na formulação das suas opções políticas. Incidirá também em áreas do âmbito da geoestratégia, porque se traduzirá no surgimento de uma nova zona de tensão e conflitos que porá frente a frente grandes potências que disputam poder global, EUA e Rússia, porque a Rússia entrará no clube das potências marítimas, porque constituirá uma zona que, pelas suas potencialidades, levará as potências rivais a invocarem a defesa de interesses vitais e, por fim, porque reforçará o papel da Rússia no bloco asiático cuja liderança vem perdendo para a China.

Mas as consequências incidirão, sobretudo, na área da nova geopolítica, envolvendo a ecopolítica, a demopolítica e a geoeconomia, todas elas a exigirem uma visão prospetiva lúcida que equacione a grande questão: o que fazer hoje para enfrentar a nova conjuntura que o futuro anuncia?

### 3.2 Migrações

O homem foi sempre, desde as suas origens, um animal migrante. Partindo do seu berço nos Grandes Lagos do continente africano, ao longo dos milénios foi-se expandindo nesse continente, passou à Ásia e à Europa onde galgou vales, montanhas e rios e atingiu os seus extremos norte, sul, leste e oeste, atravessou oceanos, fixou-se nas Américas e Oceânia. Permito-me transcrever o que, no *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, escrevi a abrir a secção “As migrações” do capítulo “Demopolítica”:

“Mesmo quando, no Neolítico, deixou de ser nómada e se sedentarizou, porque tendo-se tornado pastor e agricultor deixou de depender da necessidade básica de se deslocar para sobreviver, caçando e colhendo, nunca abandonou a sua vocação migratória. Para fugir aos rigores da natureza ou ao despotismo dos seus semelhantes, na busca de eldorados ou por mero espírito de aventura, por ambição de conquista ou proselitismo ideológico, o Homem sempre partiu de onde, com a sedentarização, se podia considerar o seu espaço originário” (2018, p. 262).

Mas a estas migrações, muitas vezes forçadas pelas circunstâncias e condicionalismos ou em resultado de vontade própria individual ou da comunidade, há que acrescentar as violentamente impostas, expulsões e deportações maciças, prisioneiros de guerra, perseguições étnicas ou religiosas, ajustamentos fronteiriços, levadas

de escravos. As migrações foram-se tornando mais programadas e organizadas, agentes ou vítimas mas sempre peças fundamentais de políticas de expansão e conquista. Migrando o Homem cruzou-se, aculturou-se e hoje, com raras exceções, não haverá nenhuma sociedade que não seja produto de migrações diversas.

Centremo-nos na Europa, nomeadamente a que hoje constitui a União Europeia (UE), região cuja história e identidade releva de migrações, internas ou de e para o exterior. Os helénicos partiram para o oriente, os romanos ocuparam o “mundo conhecido” em torno do *Mare Nostrum*. No refluxo os “bárbaros” vindos do leste puseram fim ao Império Romano do Ocidente e mudaram o mosaico étnico europeu, os hunos chegavam ao Danúbio, os árabes vindos do sul instalaram-se nos extremos europeus do Mediterrâneo, os mongóis ocuparam toda a Ásia do sul e entraram na Europa. A partir do século XV os europeus lançaram-se na aventura oceânica, chegaram e instalaram-se em África, na Ásia meridional, nas Américas, na Oceânia, muitos deles empurrados pelas intermináveis guerras religiosas que assolavam o seu continente. Os impérios coloniais europeus foram produto e causa de migrações maciças, voluntárias e forçadas, a empresa escravocrata da colonização americana “esvaziou” o continente africano e alterou profundamente a identidade americana. Os fins dos impérios coloniais deram lugar a refluxos migratórios, não só de vagas de colonos que regressavam às terras de origem como de colonizados que optavam pela nacionalidade que o colonialismo lhes proporcionara ou fugiam da violência que marcou o final de todos os colonialismos. A expansão colonial europeia mudou as geografias humanas das Américas, da Oceânia, de África, a retração colonial está a mudar a geografia humana na Europa. Ambas têm em comum, na sua origem, a busca de uma vida melhor, mas com uma diferença de vulto: ao contrário da emigração europeia, *manu militari*, imperial, visando a conquista e o domínio, logo num quadro geoestratégico, a emigração para a Europa, maioritariamente de refugiados, inscreve-se num quadro geopolítico. Em suma, todas as vagas migratórias são fatores geográficos determinantes que estão na base de decisões que levaram à formação dos novos mosaicos políticos. São, enfim, fatores geopolíticos.

Esta breve incursão sobre a importância geopolítica das migrações no passado justifica-se para acentuar que o candente problema migratório com que o mundo se confronta hoje não tem nada de novo, nem é um fenómeno exclusivo do Ocidente. O que há hoje de novo é a ampliação e o favorecimento que lhes é conferido pelas novas tecnologias dos transportes e das comunicações. A circulação de pessoas tornou-se rotina num mundo cujas distâncias encolheram e no qual a comunicação se tornou instantânea e planetária. A imagem do bem-estar, da abundância, do conforto, das oportunidades que o centro exhibe e difunde, tornam-no convidativo e atrativo para os que, nas periferias, lutam contra todas as carências, violências e desespero. É, segundo Lacoste e como atrás referimos, o dado geopo-

lítico novo da representação e da pressão que, através dos *media*, é exercido sobre o poder.

Esta revista *Nação e Defesa* dedicou a edição N.º 149 exatamente ao problema das migrações e ao aspeto particular dos refugiados, tendo a UE como destino. Põe a tónica na grave crise migratória resultante da guerra civil na Síria que vem desde 2011 e cujo pico se terá verificado em 2015. Mas a vaga migratória atual em direção à Europa não vem só da Síria, vem também do Magrebe, da África saariana, da América Latina e, em menor grau, da Europa de leste e da Ásia. A imagem do Mar Mediterrâneo está a tornar-se viral pois, desde 2014, para além das condições desumanas das travessias, já ali terão morrido mais de 15.000 pessoas. A crise das migrações mediterrânicas veio sensibilizar os europeus para a gravidade de um fenómeno que é global.

Vários autores denunciam a incapacidade da UE e do Ocidente em geral em lidar e responder a este problema, do qual a Síria é um estudo de caso mas está longe de ser único. Alice Cunha e Yvette Santos<sup>23</sup> destacam que no fim de 2016 havia 65,6 milhões de pessoas no mundo que tinham sido forçadas a emigrar em consequência de crises económicas, conflitos armados, políticas repressivas, alterações climáticas (p. 12). Chamam a atenção para situações semelhantes que a Europa já teve de enfrentar no passado, a seguir às guerras dos Balcãs de 1912 e 1913, à I Guerra Mundial e à revolução russa, após a II Guerra Mundial, as decorrentes do fim do bloco soviético em 1989 e das guerras do Iraque, do Afeganistão e da Jugoslávia. Desde a II Guerra Mundial, porém, que não atingiam esta amplitude (pp. 11-12).

Andrzej Podraza<sup>24</sup> aponta as causas diretas e indiretas, algumas longínquas, da situação atual na Síria e no Médio Oriente. Em primeiro lugar o acordo anglo-francês Sykes-Picot para o Médio Oriente de 1916 que, pondo termo ao Império Otomano, assegurava a divisão da região em áreas de influência entre as duas potências coloniais e demarcava fronteiras que não tinham em conta as realidades étnicas, culturais e religiosas. Depois as rivalidades da Guerra Fria e as guerras por delegação que suscitou, com relevo para a “crise do Suez” de 1956 e o “eterno” conflito israelo-árabe. Em terceiro lugar o falhanço da estratégia dos EUA para a democratização do Iraque de que resultou a atração da Al-Qaeda à região e o aparecimento do ISIS (Daesh), com graves repercussões nas divisões do bloco ocidental. Por fim, as frustradas respostas da UE e dos EUA às chamadas “primaveras árabes”, com a consequente desestabilização generalizada, repetindo erros que já tinham sido

---

23 “One Hundred Years of Refugees in Europe: History’s Encounter with the Present”, *Nação e Defesa*, N.º 149, Lisboa, 2018.

24 “Geopolitical and Strategic Causes and Implications of the Syrian Civil War and the Refugee Crisis”, *Nação e Defesa*, N.º 149, Lisboa, 2018.

óbvios na Jugoslávia (pp. 70-73). Em todas elas as intervenções do Ocidente constituíram fatores de agravamento.

Se bem que com causas distintas, os EUA enfrentam igualmente problemas migratórios a partir da fronteira sul e não têm encontrado as melhores soluções.

Mas o problema das migrações não pode ser apenas encarado no sentido sul-norte ou das periferias para o centro, nomeadamente para os EUA e a UE onde, afinal, está a suscitar mais preocupações e medidas anti migratórias. Jorge Moreira da Silva, diretor da Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, em artigo no *Público* de 9 de agosto passado<sup>25</sup> diz que as migrações partem, em especial, dos países mais frágeis, onde predominam efeitos do extremismo violento, das mudanças climáticas, do crime organizado e, como afirma, 86% dos refugiados deslocam-se para países em vias de desenvolvimento. É um fenómeno que tem tendência para se agravar. Segundo Moreira da Silva 1.800 milhões de pessoas vivem em contexto de fragilidade e, a breve prazo, mais de 80% das pessoas mais pobres do mundo viverão nos 58 países mais frágeis. Na lógica da sua análise a pressão migratória vai aumentar.

Estamos, pois, perante um problema global de óbvia incidência geopolítica e, no meu ponto de vista, da nova geopolítica. Resulta da influência recíproca entre as duas componentes da geopolítica, política e geografia humana e, a urgência e a amplidão da tragédia, exige um esforço dos decisores em proveito de soluções políticas. Quando Gallois diz que a demografia é um dos fatores essenciais de uma análise geopolítica prospetiva, dá relevo às migrações a que chama “[...] um fenómeno geopolítico de primeira importância” (p. 359). É impossível não estar de acordo.

As nações que no Ocidente estão a ser mais atingidas por esta realidade estão a denunciar um sentimento de medo, de ressentimento, de fechamento. É o que registam Serge Halimi e Pierre Rimbart no *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) de setembro de 2018<sup>26</sup>. E o medo é mau conselheiro. Estes autores relevam uma realidade que começa a impor-se no mundo dito desenvolvido, o apelo a lideranças musculadas, autoritárias, para quem, na escala de valores, a segurança e a ordem se sobrepõem à liberdade e aos direitos humanos. A crise económico-financeira de 2008 acelerou o avanço de políticas nacionalistas e populistas que têm como alvo prioritário as migrações. É uma política, à dimensão planetária, antiglobalização. A globalização que, nos anos 90 do século passado, apareceu a pôr em causa nacionalismos moderados, abertos e cosmopolitas, é agora posta em causa por nacionalismos radicais. Gerry Kearns, no artigo que atrás já assinalámos, citava o realista Samuel Huntington que alertava para a necessidade de reforçar os valores

---

25 “Fragilidades, Crises e Desenvolvimento: Mais Vale Prevenir”.

26 “Liberais Contra Populistas, uma Clivagem Enganadora”.

WASP – *white, anglo-saxon, protestant* – para controlarem os americanos hispânicos e africanos que estão a tornar-se numericamente dominantes nos EUA (p. 83).

As migrações constituem a questão que os europeus colocam em segundo lugar entre as que mais os preocupam e gera o medo que, por sua vez, está a levar ao poder na Hungria, na Polónia, na Áustria, na República Checa, na Roménia, em Itália, nos EUA, poderes xenófobos, violentos, racistas, chauvinistas. E que está a criar crises políticas, crises de solidariedade, dentro dos Estados e nas instituições supranacionais da UE, da América do Norte, da ONU. É um problema geopolítico de grande delicadeza porque o fator geográfico-humano está a influenciar as opções dos poderes políticos nos países de acolhimento que, ao contrário de conjugarem esforços na busca das melhores soluções para este problema demopolítico estão, nas palavras de Alice Cunha e Yvette Santos, a dar sinais de colapso (p. 12).

No âmbito da nova geopolítica a questão das migrações, do domínio específico da demopolítica, cruza-se a cada passo com outra dimensão afim, a biopolítica, na medida em que o medo apela a mais segurança, entendida como mais segurança do Estado e que passa por mais apertado controlo da vida e dos direitos do cidadão. É a obsessão securitária, muros, *ghettos*, cordões sanitários, isolamento de imigrantes, a confusão com terroristas ou agentes da criminalidade transnacional organizada para justificar o banimento, as deportações, no limite o recurso a medidas seletivas e segregacionistas de tendência eugenista e, até, tanatopolítica. Enfim, um biopoder na definição de Foucault (p. 143)<sup>27</sup>, uma política sobre a vida como denuncia Agamben (pp. 118 e 136)<sup>28</sup>, a politização da vida em prejuízo da vitalização da política como propõe Esposito (p. 224)<sup>29</sup>.

O medo está a tornar-se um fator decisivo da manipulação política, manipulação que está a institucionalizar-se. Em setembro passado Steve Bannon, ex-assessor e estratega da Casa Branca de Donald Trump, prosélito do “Movimento Populista” a nível mundial, aparecia na Europa em apoio de fações políticas *anti-establishment* – leia-se antiliberal e eurocética –, em cujo projeto inclui uma fundação chamada “O Movimento” e uma universidade populista que poderá vir a ter a sede em Itália, onde conta com apoios do poder instalado. As suas grandes linhas programáticas são dominadas por uma política ultraconservadora assumida por uma frente europeia, da qual a anti-imigração seja uma das prioridades.

À demopolítica cumpre analisar, geopolítica e prospectivamente, esta situação, fornecendo ao poder pistas para as melhores soluções no presente e que visem um futuro em que, previsivelmente, a pressão migratória não vai esbater-se. Jorge Moreira da Silva cita estudos do Banco Mundial e da ONU que apontam a urgência

---

27 *História da Sexualidade I; A Vontade de Saber*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 1994.

28 *O Poder Soberano e a Vida Nua – Homo Sacer*, Editorial Presença, Lisboa, 1998.

29 *Bios – Biopolítica e Filosofia*, Edições 70, Lisboa, 2010.

da mudança de paradigma na forma de enfrentar as causas das migrações, passando da remediação à prevenção, da ajuda humanitária à cooperação para o desenvolvimento. Até porque cada dólar investido na prevenção poupa 17 dólares na remediação dos conflitos, para já não falar do que se poupa em sofrimento humano. Em mais um interessante artigo no *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) de novembro passado<sup>30</sup>, Benoit Bréville salienta que a solução não estará, apenas, no aumento de rendimentos das pessoas nos países de origem o qual, por si só, pode apenas conferir os meios necessários a quem quer emigrar, mas por um desenvolvimento assente no binómio segurança e bem-estar que torne esses países convidativos à permanência. Infelizmente os poderes dos países de acolhimento têm-se dedicado muito mais a fomentar conflitos nos países fragilizados do que a fomentar investimentos e cooperação nos países pobres, quer os de origem quer os de destino das migrações. Estão, paradoxalmente, a fomentar as migrações.

É aqui, mas não só, que se situa o essencial das acusações às más decisões sobre as migrações e que uma correta prospetiva demopolítica poderá ajudar a inverter.

---

30 “Imigração, um Debate Enviesado”.